

SOBRE O PROGRAMA DE METAS DE FORMIGA

UM MECANISMO LEGAL A SERVIÇO DA TRANSPARÊNCIA, DA ÉTICA E DO BOM USO DOS RECURSOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE FORMIGA-MG

Marco Aurélio de Mello Machado¹; Maurílio Geraldo Leão²

Neste texto procuramos oferecer à sociedade formiguense, especialmente aos seus gestores públicos, uma contribuição ao debate sobre que tipo de futuro deixaremos aos nossos conterrâneos, na perspectiva do poder público e suas instituições. Por óbvio que sonhamos em ver nossa cidade cada vez melhor, justa, humana, solidária e com melhor qualidade de vida. Para isso, qual o papel que cabe cada um e a todos: lutaremos para que Formiga seja uma cidade socialmente justa, fraternalmente igualitária e economicamente equilibrada ou cruzaremos os braços e a veremos somente como um amontoado de pessoas vivendo sem harmonia, sem sustentabilidade e se espremendo entre espaços públicos e privados degradados?

Ao lançar essa discussão estamos nos posicionando entre aqueles que lutam por uma cidade cada vez melhor e que anseia que seus governantes e representantes sejam unguídos pela ética, pela honestidade e pelo bom uso dos recursos públicos. Para isso, elegemos a forma de debates e discussões públicas como os meios adequados para o levantamento dos problemas que mais afligem nossa cidade. Os fins, portanto, serão justificados pelas discussões que virão desses debates e pela busca incessante por respostas e soluções aos problemas de Formiga. De tal forma que ao iniciarmos as discussões para implantação e operação de um programa de metas em Formiga estamos, em essência, exercendo essa opção democrática de discutir problemas e propor soluções.

A apropriação dos mecanismos de controle social do orçamento público por parte da sociedade é a primeira e básica condição cidadã para que haja uma melhor destinação dos recursos municipais. O arcabouço jurídico para o cumprimento desse controle já existe.

1. *Formiguense, professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: marcomello@ufpr.br*

2. *Formiguense, vereador e professor universitário.*

O arcabouço jurídico para o cumprimento desse controle já existe. Resta-nos zelar e fiscalizar pelo seu cumprimento. O que se espera, ao efetuar esse mecanismo de controle, é garantir (ou, antes, exigir) transparência quanto ao uso dos recursos públicos, tanto em quantidade quanto em qualidade dos gastos.

O meio para isso é mais que conhecido: o fortalecimento da participação dos cidadãos formiguenses nos processos decisórios e fiscalizatórios, garantindo que as várias instâncias políticas da cidade e seus atores sociais sejam co-partícipes da gestão do dinheiro público. Dessa forma, a permeabilidade à participação popular e à salutar prática de fiscalização do Executivo Municipal deve preceder qualquer ato do governo constituído. Para isso, devem-se fortalecer as consultas populares, as audiências públicas e outros democráticos meios de levar aos maiores interessados, a população, as ações de governo.

Toda e qualquer prioridade contida nas políticas públicas municipais, como de resto em qualquer esfera de poder, deve se basear no desafio de diminuir nossas gritantes desigualdades sociais. Temos em Formiga bairros e populações com distintos graus de desenvolvimento e variadas formas de carências materiais. As áreas mais bem servidas com serviços e equipamentos públicos podem e devem servir de referência para que possamos diminuir essas desigualdades. É nesse ponto que fazem sentido as propostas para que se estabeleçam prioridades, para que se mire em determinados alvos (aqui chamadas de metas) e, mais importante, para que se cobre que esses alvos/metass sejam atingidos em determinados prazos.

É importante avaliar que mesmo com o advento do estatuto da reeleição, os mandatos eletivos são exíguos para tantas e variadas demandas sociais. Vale lembrar que as ações de governo em que estão (ou deveriam estar) as promessas de campanha, têm que estar inseridas nesse curto prazo. O que se espera é que possamos alcançar, de forma célere e equilibrada novos e melhorados indicadores sócio-econômicos, que visem ao crescimento e desenvolvimento de uma Formiga em bases igualitárias e sustentáveis.

Dessa forma, lançamos aqui à discussão uma série de propostas a serem discutidas em foros apropriados pela sociedade civil, mas especialmente dedicadas aos gestores públicos de Formiga. Levamos a debate, também, um esclarecimento aos mesmos gestores sobre a absoluta adequação da proposta do estabelecimento de um

programa de metas do Executivo Municipal com o Plano Diretor e com Lei Orgânica do Município, ambas já discutidas e aprovadas.

Esperamos que nossas propostas sejam lidas, debatidas e criticadas. Não acreditamos que possam ser aceitas de imediato sem que, antes, sejam discutidas e eventuais dúvidas sanadas. Mais que as propostas, contudo, esperamos que pelo menos o Plano Diretor possa ser lido e entendido pelos agentes públicos. Fruto desta desejada discussão, esperamos que nossas propostas possam contribuir para que o Poder Executivo Municipal elabore o Programa de Metas, tal como aprovado em emenda à Lei Orgânica. Será através desse Programa que todos os prefeitos e os governos municipais serão cobrados. Mesmo sem conhecer a fundo nossos atuais indicadores sociais e econômicos, sabemos que Formiga merece uma qualidade de vida muito superior àquela que tem hoje, na educação, saúde, meio ambiente, cultura, etc.

Dessa forma, a posição de vanguarda e pioneira de Formiga vai representar um grande desafio aos próximos prefeitos, eleitos ou reeleitos. O que estamos propondo é que, a partir de agora, os planos de governo, tão divulgados antes das eleições, quanto desrespeitados depois delas, deixem de ser meras peças de ficção, feitas para “inglês ver”. Por essa lei, as promessas deixam de ser retórica na boca de candidatos para se transformar num efetivo instrumento legal da medida do grau de avanço nos indicadores sócio-econômicos de nossa cidade. Contudo, mais do que representar números, gráficos e estatísticas, frias e sem interação com a realidade da população, nossa intenção é utilizar dados e informações gerais do município no intuito de alavancar as ações públicas. Essas ações devem, agora, ser norteadas segundo prioridades, de modo que a cada obra, programa ou projeto do Executivo corresponda uma demanda efetiva da sociedade e a esperança de que os resultados alcançados sejam aqueles inicialmente previstos. Caso contrário, os recursos públicos serão desperdiçados.

Como dito, a participação popular, por intermédio de seus legítimos interlocutores, em diálogo permanente com o Poder Público, será fundamental. O que está em jogo é o futuro de nossa cidade. Nossos indicadores vão depender das ações do Executivo, a curto e médio prazos. Portanto, depois das eleições e posse dos eleitos, é chegado o momento de fiscalizar essas ações, que irão marcar, de forma indelével nossa vida e de nossos conterrâneos.